

# MINISTÉRIO DA DEFESA

---



## Processo de Contas Anual

---

**Exercício 2010**

---

### REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA - RBJID

**CÓDIGO DA UNIDADE GESTORA:** 110406

**DESCRIÇÃO DA UNIDADE:**

Unidade gestora da administração direta, integra a estrutura organizacional do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – EMCFA (Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, art. 37, § 3º).

**NÚMERO DO PROCESSO NO ÓRGÃO DE ORIGEM:** 60000.010198/2011-22

**NÚMERO DO PROCESSO NO TCU:** 029.614/2011-2

**BRASÍLIA – DF  
AGOSTO - 2011**



# **MINISTÉRIO DA DEFESA**

## **REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA**

### **PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**Março de 2011**



# **MINISTÉRIO DA DEFESA**

## **REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA**

### **PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria-TCU nº 277/2010.

**Washington, DC – 03/2011**

Assinatura manuscrita em tinta preta, consistindo de uma letra 'A' estilizada com um traço diagonal.



## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AICMA - Programa da Ação Integral Contra Minas Antipessoal  
CECAFA - Centro de Catalogação das Forças Armadas  
CID – Colégio Interamericano de Defesa  
DBJID - Delegação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa  
JID - Junta Interamericana de Defesa  
MD – Ministério da Defesa  
MPBONU - Missão Permanente do Brasil na Organização das Nações Unidas  
OCI – Órgão de Controle Interno  
OEA - Organização dos Estados Americanos  
ONU - Organização das Nações Unidas  
RBJID – Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa  
RG – Relatório de Gestão  
SSA - Secretaria de Administração e Assessoramento.  
SELOM - Secretaria de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia  
SPEAI - Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais  
SSAC - Subsecretaria de Serviços Administrativos e de Conferências  
UJ – Unidade Jurisdicionada

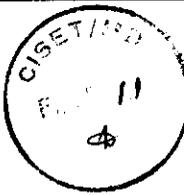
## LISTA DE TABELAS GRÁFICOS E DECLARAÇÕES

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	7
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	14
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	15
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ.....	16
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....	18
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....	19
Gráfico 1 – Gastos com telecomunicações – Média mensal anual em dólares (US\$).....	22
Gráfico 2 – Gastos com telecomunicações – Média mensal anual em reais(R\$).....	22
Gráfico 3 – Gastos com telecomunicações no ano de 2010 – valores mensais em US\$.....	23
Gráfico 4 – Gastos com telecomunicações no ano de 2010 – valores mensais em R\$.....	23
Gráfico 5 – Gasto Anual com Combustível - Valores em dólares (US\$).....	24
Gráfico 6 – Gasto Anual com Combustível - Valores em dólares (US\$).....	25
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	27
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010.....	28
Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010.....	29
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010.....	30
Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	30
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.....	32
Quadro A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	34
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	36
Quadro A.12.1 Gestão de TI da UJ.....	36
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	38
Declaração do Contador.....	40



## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	6
2.	IDENTIFICAÇÃO.....	7
3.	DESENVOLVIMENTO.....	8
3.1.	INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE.....	8
3.1.1.	Responsabilidades institucionais da Unidade.....	8
3.1.1.1.	Competência.....	11
3.1.1.2.	Objetivos Estratégicos.....	11
3.1.2.	Estratégia de atuação da unidade frente às responsabilidades institucionais.....	12
3.1.2.1.	Análise do andamento do Plano Estratégico da Unidade.....	12
3.1.2.2.	Análise do Plano de Ação referente ao Exercício.....	12
3.1.3.	Programas sob Responsabilidade da UJ.....	14
3.1.3.1.	Execução Física das Ações realizadas pela UJ.....	14
3.1.3.2.	Análise da Execução Física das Ações realizadas pela UJ.....	14
3.1.4.	Desempenho Orçamentário e Financeiro.....	15
3.1.4.1.	Programação Orçamentária da Despesa.....	15
3.1.4.1.1.	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	15
3.1.4.2.	Execução Orçamentária da Despesa.....	16
3.1.4.2.1.	Despesas por Modalidade de Contratação.....	16
3.1.4.2.2.	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas.....	18
3.1.4.2.3.	Análise Crítica da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ..	19
3.1.4.2.4.	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação..	19
3.1.5.	Indicadores de desempenho.....	19
3.1.5.1.	Aplicação de Recursos Orçamentários.....	20
3.1.5.2.	Gastos com telecomunicações.....	21
3.1.5.3.	Gastos anuais com aquisição de combustíveis para as viaturas de apoio.....	24
3.1.5.4.	Índice de processos eleitorais da JID com resultados favoráveis ao Brasil.....	25
3.1.5.5.	Índice de participação em comissões permanentes da JID.....	26
3.1.5.6.	Índice de participação em missões de desminagem.....	26
3.1.5.7.	Índice de participação no CID.....	26
3.2.	INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	27
3.2.1.	Análise Crítica.....	28
3.3.	INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	28
3.3.1.	Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	28
3.3.2.	Quadro de Custos de Recursos Humanos.....	30
3.3.3.	Análise Crítica da Composição e Custos de Recursos Humanos.....	31
3.4.	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	32
3.5.	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	34
3.6.	INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UJ.....	35
3.6.1.	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união.....	35
3.6.2.	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	36
3.7.	INFORMAÇÕES SOBRE A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	36



3.8.	INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	38
3.8.1.	<b>Deliberações do TCU atendidas no exercício.....</b>	<b>38</b>
3.8.2.	<b>Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....</b>	<b>38</b>
3.8.3.	<b>Recomendações do OCI atendidas no exercício.....</b>	<b>38</b>
3.8.4.	<b>Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....</b>	<b>39</b>
4.	RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	39

## RELATÓRIO DE GESTÃO DA REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA JUNTA INTERAMERICANA - ANO 2010

### 1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão (RG) objetiva prestar contas das ações desenvolvidas pela REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA (RBJID), Unidade Jurisdicionada (UJ) sediada em Washington, DC, relativas ao exercício de 2010, elaborado em conformidade com as orientações contidas na Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, Resolução TCU nº 234, de 1º de setembro de 2010, Decisão Normativa -TCU Nº 107, de 27 de outubro de 2010 e Portaria TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, de forma a propiciar a visão mais completa possível dessa gestão aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

Dentre as principais realizações da RBJID no exercício de 2010, pode-se elencar o fortalecimento da presença do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (JID), materializado pela eleição de um representante brasileiro para o exercício da função de Secretário Geral da JID e de outro para a função de Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa (CID); e na aprovação de uma moção apresentada pelo Brasil e constituição de respectiva comissão, também presidida pelo Brasil, para realizar, em 2011, um exercício de assistência humanitária em casos de desastres naturais

Este RG está estruturado em quatro itens:

- 1. Introdução: mostrando a estruturação do RG e os itens não aplicáveis à UJ ou sem conteúdo no exercício;
- 2. Identificação: contendo as informações de identificação da UJ;
- 3. Desenvolvimento: descrevendo as ações da UJ de acordo com a DN TCU nº 107/2010; e
- 4. Resultados e Conclusões: descrevendo as metas alcançadas pela UJ no exercício.

Não se aplicam à natureza da UJ os seguintes itens do Anexo II da DN TCU nº 107/2010:

- 3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Justificativa: Não existem passivos por insuficiência de créditos ou recursos na UJ.

- 5. b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.

Justificativa: A UJ não possui servidores inativos e pensionistas.

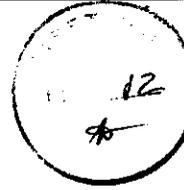
- 5. c) Composição do quadro de estagiários.

Justificativa: A UJ não possui estagiários.

- 5. e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Justificativa: A UJ não possui contratos de locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.

- 5. f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.



Justificativa: A UJ não possui indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

➤ 14. Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

Justificativa: A UJ não administra receitas que possibilitem renúncia tributária.

Não há conteúdo a ser declarado no corrente exercício para os seguintes itens do Anexo II da DN TCU nº 107/2010:

- 6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes;

- 12. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU, pois não houve deliberações do TCU expedidas para a UJ ou pendentes de atendimento ao final do exercício.

- 13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

## 2. IDENTIFICAÇÃO

QUADRO A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual: contém os elementos identificadores completos da UJ e as normas relacionadas à sua constituição e à gestão.

Identificação de Relatório de Gestão Individual Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa (MD)		Código SIORG: 41066	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa			
Denominação abreviada: (RBJID)			
Código SIORG: 41930	Código LOA: - Não há	Código SIAFI: 110406	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Defesa		Código CNAE: 8422-1	
Telefones/Fax de contato:	(202) 686-1502	(202) 537- 4829 (FAX)	
Endereço eletrônico: <a href="mailto:ass.adm@rnejid.com">ass.adm@rnejid.com</a>			
Página da Internet: <a href="http://www.rnejid.com">http://www.rnejid.com</a>			



<b>Endereço Postal:</b> 4400 Jenifer Street N.W., suite 330, Washington, DC – Zip Code 20015 – USA	
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>	
<p>- A Junta Interamericana de Defesa (JID) foi criada em 30 Mar 1942, mas não foi possível determinar a data de criação da Representação do Brasil na JID, entretanto, consta como documento mais antigo, nos mecanismos de busca da Base de Legislação Federal do Brasil, o Decreto 55.897, de 05 de abril de 1965, já revogado, que aprovou as Instruções Gerais para a RBJID.</p> <p>- Regulamento da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa – RBJID, Decreto nº 5.013, de 11 de março de 2004 (DOU nº 49, de 12 de março de 2004): estabelece a estrutura orgânica no período da gestão sob exame</p>	
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>	
<p>- Regimento Interno da RBJID, Portaria Nº 1.261/MD, de 20 de outubro de 2004, publicado no DOU de 22 de outubro de 2004;</p> <p>- Portaria 3520, de 13 Out 94, do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), Aprova as Normas Gerais para Concessão de Seguro-Saúde para Pessoal Civil da RBJIS no exterior;</p> <p>- Portaria 3227/GAB, de 06 Out 1998, do EMFA, aprova as Normas Gerais sobre Auxiliares Locais da RBJID;</p> <p>- Portaria 1642/MD, de 17 de dezembro de 2009, atualizou as categorias e funções dos Auxiliares Locais da RBJID</p>	
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>	
Não há	
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
Não há	Não há
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
Não há	Não há
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>
Não há	Não há

### 3. DESENVOLVIMENTO

#### 3.1. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

##### 3.1.1. Responsabilidades institucionais da Unidade

A Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID), segundo o seu Regulamento, Decreto nº 5.013, de 11 de março de 2004, é um órgão que integra a estrutura da Secretaria



de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais (SPEAI) do Ministério da Defesa (MD), localizada na cidade de Washington – DC, nos Estados Unidos da América, sendo mantida com recursos previstos no orçamento do Ministério da Defesa.

A Junta Interamericana de Defesa (JID), espaço político-institucional de atuação da RBJID, é um fórum internacional único e privilegiado, onde militares e civis, representantes dos países americanos, podem manter um diálogo de caráter permanente, estimulando a troca de informações e o entendimento entre as Forças Armadas dessas nações, favorecendo, assim, o exercício da cooperação regional para a paz e segurança no Hemisfério.

A JID foi oficialmente criada em 30 de março de 1942, por uma resolução da Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, e, posteriormente, reforçado por resoluções VII e XXXIV da Nona Conferência Internacional dos Estados Americanos, a mesma Conferência que deu origem à OEA e sua Carta de 1948, bem como pela Resolução III da Quarta Reunião de Consulta dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, adotada em 1951 e iniciou seus trabalhos desenvolvendo temas e estudos que visavam “preparar os estados-membros para a Defesa do continente e recomendar as medidas para este fim.”

A JID passa, em 15 de março de 2006, de acordo com o documento de AG / RES. 1 (XXXII-E/06), a ser oficialmente uma entidade da Organização dos Estados Americanos (OEA), criada como previsto no último parágrafo do artigo 53 da Carta da OEA. É um fórum internacional, composto por representantes civis e militares designados pelos Estados membros, oferecendo serviços de assessoramento técnico, consultivo e educativo, assuntos militares e de defesa no Hemisfério, em conformidade com os mandatos da Assembléia Geral da OEA, Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores e o Conselho Permanente da OEA, em suas respectivas áreas de competência.

A JID é composta pelos seguintes órgãos: O Conselho de Delegados, da Secretaria-Geral, e do Colégio Interamericano de Defesa (CID).

O Conselho de Delegados é o órgão máximo representante da JID e representa os interesses dos países-membros da OEA no que diz respeito aos Assuntos Militares e de Defesa. Cada país é representado no Conselho por um Delegado. As opiniões dos Estados-Membros, ante o Conselho de Delegados, são expressadas através do voto de seus representantes (Delegados) durante as Reuniões Ordinárias do Conselho de Delegados da JID, considerado a instância deliberativa da JID.

A Secretaria Geral é composta pela Subsecretaria de Serviços de Assessoramento (SSA) da JID, que presta assessoramento técnico ao Conselho e pela Subsecretaria de Serviços Administrativos e de Conferências (SSAC), que presta apoio administrativo ao Diretor-Geral e ao Conselho de Delegados no desempenho de suas funções, além de cuidar da administração da própria Casa do Soldado, prédio sede da JID.

O Colégio Interamericano de Defesa é uma instituição internacional de educação de alto nível e em suas instalações é desenvolvido o Curso Superior de Defesa e Segurança Hemisférica, com a duração de um ano e com participantes de muitos dos países da JID. No ano de 2010, 14 membros da RBJID participaram do curso do CID, sendo 10 como alunos e 4 como assessores.

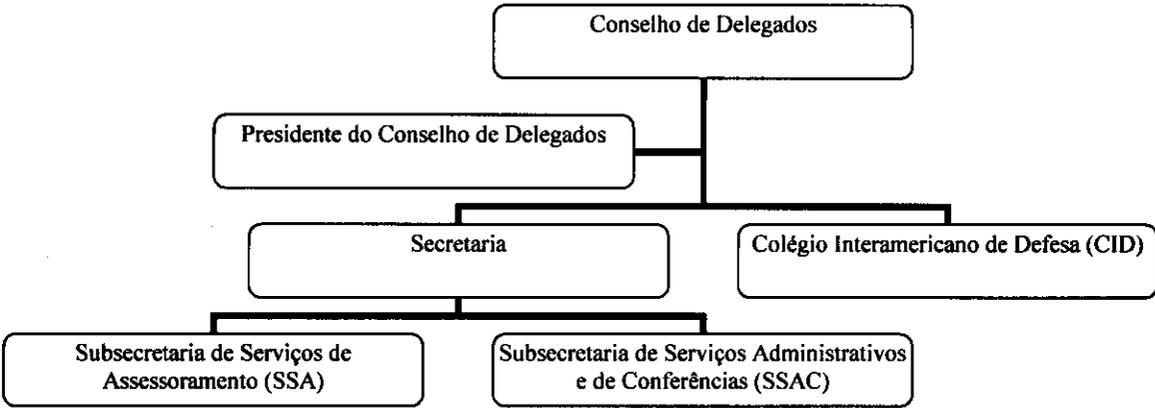
A estrutura e as operações da JID são baseadas nos princípios da supervisão e subordinação das Instituições Militares à autoridade civil, em conformidade com o artigo nº 4 do Inter-Carta Democrática Interamericana e os princípios da formação democrática de suas autoridades, acordo com os valores democráticos dos Estados-Membros.

A JID tem demonstrado, também, excelente capacidade de coordenação nas missões de desminagem humanitária, em apoio ao Programa da Ação Integral Contra Minas Antipessoal (AICMA) da Organização dos Estados Americanos (OEA), assim como, no assessoramento técnico de ajuda humanitária, em caso de desastres naturais.

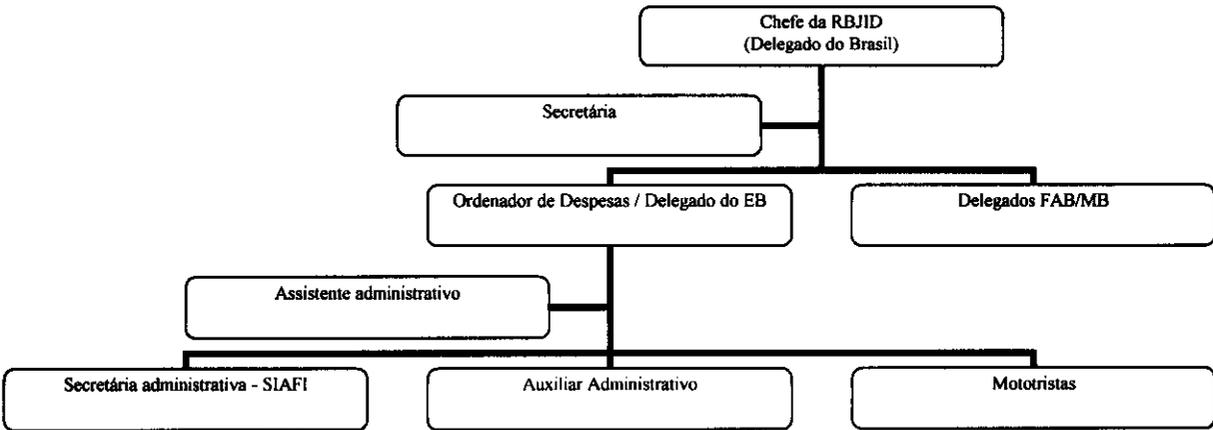
No corrente exercício, em função de moção apresentada pela RBJID, a JID iniciou o planejamento para a execução de um exercício de assistência humanitária em caso de desastres naturais, o qual deverá ter lugar em março de 2011.

### ORGANOGRAMA FUNCIONAL

#### JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA (JID)



#### REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA JID (RBJID)



A

### 3.1.1.1. Competência

A RBJID possui as seguintes competências:

- Exercer a coordenação da Delegação do Brasil na JID;
- Executar as atividades de apoio aos militares e civis brasileiros que integram a Delegação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (DBJID), cumprindo as decisões emanadas pelo Ministério da Defesa;
- Executar as atividades de apoio aos militares e civis brasileiros que venham a exercer cargos ou funções nos Órgãos da JID; e
- Efetuar a coordenação das atividades de estudo e assessoramento em matéria de Defesa, julgadas de interesse pelo MD e pela Representação Permanente do Brasil junto à OEA.

### 3.1.1.2. Objetivos Estratégicos

A JID, atualmente, passa por um período de transformação, devido à sua recente vinculação como entidade da OEA. O seu atual Estatuto, aprovado em 15 de março de 2006, democratizou a ocupação dos seus cargos de chefia, determinando que alguns deles fossem eletivos.

A despeito dessa vinculação à OEA, a JID manteve uma autonomia técnica para o cumprimento de seus propósitos e atribuições, procurando, ao modernizar sua estrutura, consolidar-se como um importante organismo internacional de assessoramento técnico, consultivo e educativo, em assuntos relacionados a temas militares e de defesa do hemisfério.

Nesse contexto, a assunção do Brasil à Presidência do Conselho de Delegados da entidade, desde 2006, em quatro eleições consecutivas, mostra o valor e o peso significativo do país na JID, fruto do reconhecimento dado à postura brasileira na solução dos conflitos e dos problemas que afligem o hemisfério, procurando trabalhar em conjunto com todos os segmentos da Organização, buscando atingir como objetivos estratégicos a facilitação e estimulação do debate no Conselho de Delegados da JID, na Secretaria da JID, no Colégio Interamericano de Defesa e nas Comissões Permanentes onde a RBJID se fez representar, em 2010, e a difusão de pontos de vista afinados com os interesses nacionais e contribuindo, de forma relevante, para elevar a influência do país no âmbito regional.

Outro objetivo estratégico estabelecido pela RBJID foi o de aumentar a participação brasileira nos diversos órgãos do sistema JID, o que foi materializado no corrente exercício, pela eleição de representantes brasileiros para os seguintes cargos: Vice-Diretor do CID, Diretor Geral da Secretaria da JID, Diretor da Subsecretaria de Assessoramento e Conferências e o Vice-Diretor da Secretaria de Assuntos Administrativos.(SAS)

No corrente exercício, além de atender às suas necessidades administrativas, a RBJID também buscou apoiar administrativamente o Escritório do Conselheiro Militar junto à Missão Permanente do Brasil na Organização das Nações Unidas (MPBONU) e atender as despesas do Centro de Catalogação das Forças Armadas (CECAFA) com relação aos pagamentos devidos por utilização de serviços de catalogação à Agência de Manutenção e Suprimento da Organização do tratado do Atlântico Norte (OTAN), conforme especificado a seguir:

- Para atender suas próprias necessidades administrativas e as despesas do Escritório do Conselheiro Militar junto à MPBONU, em Nova York, a RBJID recebeu recursos no Programa 0625 –

Gestão da Política de Defesa Nacional, Ação 2D55 – Intercâmbio e Cooperação Internacional Militar e na Área de Defesa, Programa de Trabalho PT 05 212 0625 2D55 0001 – Intercâmbio e Cooperação Internacional e do Programa e Ação 2000 – Administração da Unidade.

- Para atender as despesas do CECAFA, a RBJID recebeu recursos no Programa 0625 – Gestão da Política de Defesa Nacional, Ação 6515 – Sistema Militar de Catalogação, PT 05 122 0625 6515 0001 – Sistema de Informações Logísticas de Defesa. Cabe informar que o Processo de Tomada de Contas do CECAFA é consolidado pela Secretaria de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia – SELOM, do Ministério da Defesa.

### **3.1.2. Estratégia de atuação da unidade frente às responsabilidades institucionais**

A Junta Interamericana de Defesa, por ter sido presidida por Oficiais dos Estados Unidos da América (EUA), desde a sua criação até o ano de 2006, ainda é percebida por muitos países como um organismo americano. Os anos sob a Presidência do Brasil têm contribuído para a dissociação dessa imagem. Assim, a RBJID tem percebido que, cada vez mais, as demais Delegações procuraram o apoio do Brasil para respaldar suas respectivas posições junto ao Conselho de Delegados. Esse processo de transição, no qual a JID ainda se encontra envolvida, tem exigido que a Delegação Brasileira se mantenha conhecedora dos interesses de cada um dos países membros, bem como adote uma estratégia de atuação buscando se posicionar sob as normas estatutárias, de modo a não comprometer o exercício, pelo Brasil, da Presidência do Conselho de Delegados.

#### **3.1.2.1. Análise do andamento do Plano Estratégico da Unidade**

Para atuar nesse contexto em 2010, a RBJID adotou as estratégias abaixo relacionadas:

- Fortalecer a visão da JID como um Organismo Internacional;
- Destacar a função da Presidência do Conselho de Delegados, que atualmente é brasileira; e
- Projetar o Brasil no contexto dos demais países membros da JID.

#### **3.1.2.2. Análise do Plano de Ação referente ao Exercício**

Estratégias de atuação e ações realizadas em 2010:

- Dissociar a imagem da JID da de um organismo atrelado a um único país – a RBJID adotou posições amparadas na legislação vigente, particularmente o Estatuto e o Regulamento da JID, abstendo-se de pleitear mais um mandato como Presidente do Conselho de Delegados, apoiando a indicação de um representante do Canadá para aquele cargo e, pleiteou a posição de Secretário da JID para o Brasil; acompanhou, com atenção, os trabalhos e estudos realizados pela Subsecretaria de Serviços de Assessoramento (SSA), defendendo sempre o ponto de vista brasileiro sobre diversos temas que foram debatidos ao longo do ano.

- Alinhar o Colégio Interamericano de Defesa (CID) aos objetivos da JID - a RBJID procurou acompanhar, de perto, a execução do Plano de Ensino do CID; prestigiou as ações do Chefe de Estudos; prestigiou o cargo de Vice-Diretor do CID; efetuou ações visando uma maior aproximação com a Diretora do CID, que é de nacionalidade americana; e estreitou as ligações com a Delegação dos EUA.

- Acompanhar a execução orçamentária da JID - a RBJID participou ativamente das Comissões de Orçamento e de Metas e Objetivos e das reuniões mensais do Diretor Geral sobre o

orçamento, estreitou ligações com a Missão do Brasil na OEA e acompanhou, com atenção, os trabalhos e estudos realizados pela Subsecretaria de Serviços de Assessoramento (SSA).

- Ampliar a participação das diversas Delegações nas atividades da JID – a RBJID realizou reuniões bilaterais com todas as demais Delegações, pertencentes aos países membros da JID.

- Incentivar a entrada de países de outras regiões do mundo como membros-observadores na JID.

- Mobilizar o conselho de delegados para a concepção e execução de um exercício de simulação de operações de assistência humanitária em caso de desastres naturais, materializando uma eventual necessidade de assessoramento da JID à OEA, apresentando moção e presidindo a comissão designada para tal.

- Manter o “status quo” da participação da JID nas missões de desminagem humanitária da OEA, contrapondo-se a interesses de ONGs e países de outros continentes.

Dentre as dificuldades encontradas que influenciaram, de alguma forma, as estratégias de atuação adotadas pela RBJID, podem ser citadas:

- A falta de consenso, entre as Delegações dos países membros, sobre o papel a ser desempenhado pela JID que, como consequência, levou a execução de esforços descoordenados, de acordo com a própria percepção do que é melhor para a Junta;

- As fortes restrições orçamentárias a que ora a JID está submetida. Os recursos orçamentários repassados pela Organização dos Estados Americanos (OEA) são escassos, dificultando o cumprimento das atribuições previstas no Estatuto;

- As relações entre o Colégio Interamericano de Defesa, o conselho de delegados e a Secretaria da JID . O Departamento de Defesa dos EUA vem aportando recursos financeiros para as atividades de ensino desenvolvidas pelo Colégio Interamericano de Defesa. A conjunção desses dois fatores – recursos limitados oriundos da OEA e aporte financeiro americano – proporciona uma “independência” ao Colégio que, por vezes é traduzida em ações daquela Instituição à revelia dos outros componentes, contrariando o estatuto da JID;

- Desconhecimento, por parte dos governos dos diversos países participantes da Junta, do trabalho atual, de sua condição de entidade plena da OEA, e, também, a pouca participação de alguns Estados-membros; e

- Alguns Estados-membros não possuem Forças Armadas, o que leva ao debate de assuntos de segurança, ampliando a abrangência dos temas militares e de defesa, previstos no Estatuto.

Como oportunidades vislumbradas que vieram a facilitar a atuação da RBJID na busca dos seus objetivos, poder-se-ia citar os fatos abaixo relacionados:

- A JID é atualmente a única Instituição multinacional do Hemisfério capacitada a fornecer assessoramento à OEA e a seus Estados-membros em temas militares e de defesa;

- A JID possui um vasto conhecimento das ameaças hemisféricas;

- O CID é um instituto acadêmico de alto nível e prestígio (devido aos diplomados ilustres e a qualidade dos cursos);

- O vínculo jurídico da JID com a OEA reforça sua importância dentro do Sistema Interamericano; e

- Como as decisões são tomadas de forma colegiada, existe uma disseminação de doutrina e conhecimentos diversos, permitindo o estreitamento de laços entre oficiais de quase todos os Estados do Hemisfério.

- Os recentes casos de terremotos ocorridos no Haiti e no Chile em 2010 reforçaram uma das vocações da JID, a de prestar assessoramento técnico em caso de operações de ajuda humanitária em casos de desastres naturais. O Exercício de Assistência Humanitária I, cuja concepção foi fruto de moção apresentada pela RBJID, está perfeitamente alinhado com esta vocação.

A par das dificuldades encontradas e das oportunidades, a RBJID efetuou, em 2010, um planejamento anual e realizou os seus gastos de acordo com os recursos alocados, visando à manutenção das atividades administrativas e o suporte operacional ao trabalho do Chefe da Delegação; dos Delegados acreditados junto à JID; do Presidente da JID e militares que exercem atividades na Secretaria da JID; do Vice-Diretor e dos militares e civis que exercem atividades no CID; e do Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas e seus assessores. Para isso, a Representação procurou se manter atualizada tecnologicamente, visando, objetivamente, fazer face às suas necessidades, bem como, honrar todos os seus compromissos e atender às suas necessidades essenciais.

Como resultado dessas ações, a RBJID, em 2010, projetou o Brasil no sistema interamericano, promovendo sua liderança e contribuindo para que pleiteie outras posições de relevância no cenário internacional.

### 3.1.3. Programas de Governo Sob responsabilidade da UJ.

A UJ não efetua registros no SIGPLAN pois não possui nenhum programa de governo sob sua responsabilidade.

#### 3.1.3.1. Execução Física das Ações realizadas pela UJ

**Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ:** relaciona as ações orçamentárias constantes da LOA 2010 que foram objeto da gestão da RBJID, bem como as metas buscadas.

Item	Programa	Atividade	Objetivo	Prioridade	Unidade Média	Meta Prevista	Meta Realizada	Observações	
05	122	0625	2D55	A	4	Missão apoiada	2	2	2
05	126	0625	6515	A	4	Sistema de informação implantado	1	1	1
05	122	0750	2000	A	4	Administração da Unidade	2	2	2

#### 3.1.3.2. Análise da Execução Física das Ações realizadas pela UJ

A execução física das ações foi evidenciada pelo apoio administrativo prestado a duas missões internacionais, quais sejam, a própria RBJID e ao Escritório do Conselheiro Militar da MPBONU em Nova York, e pelo pagamento de todas as faturas enviadas pelo CECAFA, o que contribuiu para a implantação do Sistema de Informações Logísticas de Defesa.

### 3.1.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro

#### 3.1.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

A UJ não é Unidade Orçamentária nem tem UGO consolidada ou agregada.

##### 3.1.4.1.1. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

**Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa:** compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG.

(valores em US\$)

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	110407-DEORF	52101.05.122.0625.2D55	-	-	474,364.98
		110407-DEORF	52101.05.126.0625.6515	-	-	87.243,92
		110407-DEORF	52101.05.122.0750.2000	-	-	42.300,00
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	110407-DEORF	52101.05.122.0625.2D55	13,923.83	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

(valores em R\$)

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	110407-DEORF	52101.05.122.0625.2D55	-	-	790,386.93
		110407-DEORF	52101.05.126.0625.6515	-	-	145,365.82
		110407-DEORF	52101.05.122.0750.2000	-	-	70,480.27
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5 - Inverções Financeiras	6 - Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	110407-DEORF	52101.05.122.0625.2D55	23,199.87	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

### 3.1.4.1.2. Execução Orçamentária da Despesa

#### 3.1.4.1.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

**Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ: discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores.**

(valores em US\$)

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Leilão	118.275,47	93.829,59	118.275,47	93.829,59
Convite	118.275,47	93.829,59	118.275,47	93.829,59
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	-	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Pregão	-	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>	<b>473.402,87</b>	<b>524.003,14</b>	<b>464.310,51</b>	<b>519.249,26</b>
Dispensa	25.452,29	23.064,47	25.452,29	22.433,45
Não se Aplica	447.950,58	500.938,67	438.858,22	496.815,81
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	17.572,35	780,00	17.572,35	780,00
Outros	-	-	-	-

(valores em R\$)

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Eficiência	205.941,25	156.338,86	205.941,25	156.338,86
Convite	205.941,25	156.338,86	205.941,25	156.338,86
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	-	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Pregão	-	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Pregão	-	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	824.289,05	873.094,06	808.457,44	865.138,92
Dispensa	44.317,25	38.430,03	44.317,25	37374,08
Não se Aplica	779.971,50	834.664,03	764.139,89	827.764,84
Regime de Exercício Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	30.596,96	1.299,64	30.596,96	1.299,64
Outros	-	-	-	-

### 3.1.4.1.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ: discrimina as despesas pelos três (3) grupos da Despesa Corrente.

Valores em US\$

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
2 - Juros e Encargos de Dívidas	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
3 - Outras Despesas Correntes	583.696,43	617.832,73	577.133,37	613.078,85	6.563,06	4.391,22	577.133,37	613.078,85
<b>339004 Contratação por Tempo Determinado - Pessoal Civil</b>	201.100,58	202.505,10	201.100,58	202.505,10	-	-	201.100,58	202.505,10
<b>339039 Outros Sv de Terceiros - PJ</b>	200.529,96	302.128,30	197.938,45	298.916,55	2.591,51	3.211,75	197.938,45	298.916,55
<b>339033 Passagens e Despesas com locomoção</b>	47.863,50	47.606,94	47.863,50	47.606,94	-	-	47.863,50	47.606,94
<b>Outros elementos do grupo</b>	134.202,39	65.592,39	130.230,84	64.050,26	3.971,55	1.179,47	130.230,84	64.050,26

Valores em R\$

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
2 - Juros e Encargos de Dívidas	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
3 - Outras Despesas Correntes	1.016.322,20	1.029.432,83	1.004.904,61	1.021.511,93	11.427,59	7.316,64	1.277.643,43	1.021.511,93
<b>339004 Contratação por Tempo Determinado - Pessoal Civil</b>	350.156,33	337.414,00	350.156,33	337.414,00	-	-	350.156,33	337.414,00
<b>339039 Outros Sv de Terceiros - PJ</b>	438.847,30	503.406,16	434.334,96	498.054,75	4.512,34	5.351,41	434.334,96	498.054,75
<b>339033 Passagens e Despesas com locomoção</b>	83.339,93	79.322,68	83.339,93	79.322,68	-	-	83.339,93	79.322,68
<b>Outros elementos do grupo</b>	143.978,64	109.289,99	137.073,39	106.720,50	6.915,25	1.965,23	137.073,39	106.720,50

**Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ: discriminam as despesas pelos três (3) grupos de Despesas de Capital.**

Valores em US\$

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>4 - Investimentos</b>	7.981,91	13.923,83	5.452,61	13.561,17	2.529,30	362,66	5.452,61	13.561,17
<b>449052 - Equipamentos e Mat Permanente</b>	7.981,91	13.923,83	5.452,61	13.561,17	2.529,30	362,66	5.452,61	13.561,17
<b>5 - Investimentos Financeiros</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Valores em (R\$)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>4 - Investimentos</b>	13.898,10	23.199,83	9.494,08	22.595,57	4.404,02	604,26	9.494,08	22.595,57
<b>449052 - Equipamentos e Mat Permanente</b>	13.898,10	23.199,83	9.494,08	22.595,57	4.404,02	604,26	9.494,08	22.595,57
<b>5 - Investimentos Financeiros</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**3.1.4.1.2.3. Análise Crítica da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ**

A execução orçamentária foi desempenhada satisfatoriamente.

**3.1.4.1.2.4. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação**

A UJ não recebeu créditos por movimentação.

**3.1.5. Indicadores de desempenho**

Apenas a realização de uma eficiente execução orçamentária poderia permitir à RBJID o pleno atendimento das suas responsabilidades institucionais, pois proporcionaria o suporte adequado para a ação dos militares e civis brasileiros com cargos na RBJID, JID e CID. Cabe, no entanto, ressaltar que a aplicação de recursos orçamentários no apoio à ação de representantes brasileiros em um Organismo Internacional não gera produtos de fácil mensuração objetiva, pois, não há como medir o grau de fortalecimento da posição de um país, em um determinado período, mesmo considerando um campo de

atuação específico como a JID. Assim, não foi possível estabelecer, em 2010, um indicador do tipo: efetividade, que possibilitasse à RBJID quantificar o impacto da sua atuação no alcance dos seus objetivos estratégicos, embora o fato de que o Brasil tenha vencido todas as eleições para as quais apresentou candidato permita mensurar o excelente conceito que o País goza no seio da JID, fruto da atuação eficaz da RBJID.

De igual maneira, pode-se citar a liderança na condução do Exercício de Assistência Humanitária I; a manutenção das atividades de desminado humanitário sem mudança de regras, que poderiam trazer prejuízos para o Brasil. Esses êxitos não teriam a dimensão desejada sem a existência da RBJID, nos moldes atuais.

É importante, também, observar que, em 2010, em torno de 82% dos gastos da RBJID referem-se às despesas fixas e imprescindíveis que são dependentes da legislação e das condições impostas pelo mercado norte-americano, sobre os quais a atuação do gestor tem pouca influência, como, por exemplo: salários e benefícios (Assistência Médica e Diárias); aluguel do escritório em Washington - DC (incluindo: a taxa de condomínio que abrange os serviços de limpeza e vigilância e o consumo de água e energia elétrica); e despesas com manutenção de viaturas (leasing e seguros). Dessa forma, nota-se que os indicadores de gestão têm reduzida utilidade como ferramenta de apoio à tomada de decisão, mas, sem dúvida, são importantes para observação de tendências ao longo do tempo, mensuradas por meio do uso de séries históricas que servem para enriquecer a análise.

Dessa forma, os seguintes indicadores de eficiência e eficácia foram utilizados para avaliar o desempenho da gestão sob exame os indicadores a seguir.

### 3.1.5.1. Aplicação de Recursos Orçamentários:

a) Utilidade: verificar o grau de execução dos recursos destinados à RBJID no exercício financeiro.

b) Tipo: eficácia.

c) Fórmula de cálculo: razão entre o total executado no exercício financeiro (valor empenhado) e o total anual descentralizado pela SPEAI para atender as necessidades orçamentárias da RBJID (valor total dos créditos recebidos), vezes 100.

Observação: no cálculo desse indicador foram considerados todos os recursos recebidos e executados pela RBJID no exercício financeiro, incluindo nesses valores, os aplicados no apoio ao Escritório da MPBONU e os utilizados no pagamento das faturas do CECAFA, encaminhadas pelo Ministério da Defesa.

d) Método de aferição: acompanhamento dos lançamentos contábeis efetuados no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Os resultados obtidos serão considerados: satisfatórios – quando o valores apurados forem iguais ou superiores a 95%; e insatisfatórios - quando o valores apurados forem inferiores a 95%.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Seção de Administração da RBJID.

f) Resultado do indicador no exercício:  $(617.832,73/617.832,73)*100=100\%$  - satisfatório.

g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: não houve.

h) Principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: não houve.

### 3.1.5.2. Gastos com telecomunicações:

a) Utilidade: verificar, em relação aos anos anteriores, se a RBJID conseguiu manter, ou diminuir, a média anual de gastos com telecomunicações e, assim, se obteve, ou não, uma economia de recursos no setor.

b) Tipo: eficiência.

c) Fórmula de cálculo: razão entre os totais de gastos com telefonia fixa (local), longa distância e celular no exercício financeiro e o número de meses do ano. Obtida a média de gastos anuais, utiliza-se esse valor para a realização de comparações com os exercícios financeiros anteriores.

Observação: no cálculo desse indicador foram considerados os gastos efetuados pela RBJID no atendimento das suas necessidades administrativas e os realizados em apoio ao Escritório da MPBONU.

d) Método de aferição: acompanhamento das despesas mensais com telefonia fixa (local), longa distância e celular.

Cabe observar que podem existir diferenças tarifárias significativas de um ano para o outro, que venham a influenciar os resultados obtidos nesse indicador.

Os resultados obtidos serão considerados: excelentes – quando for observada a ocorrência de uma redução de gastos no setor; satisfatórios - quando for observado que os gastos no setor se mantiveram no mesmo patamar de um ano para outro; e insatisfatórios - quando for observada a ocorrência de um aumento de gastos no setor.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Seção de Administração da RBJID.

f) Resultado do indicador no exercício: resultado razoável, verifica-se um aumento dos gastos, decorrentes de reajustes ocorridos em algumas tarifas e do aumento do uso do telefone celular nos meses de abril a junho de 2010, situação que já recebeu os ajustes necessários, conforme observado no gráfico 4.

Gráfico 1 – Gastos com telecomunicações – Média mensal anual - Valores em dólares (US\$).

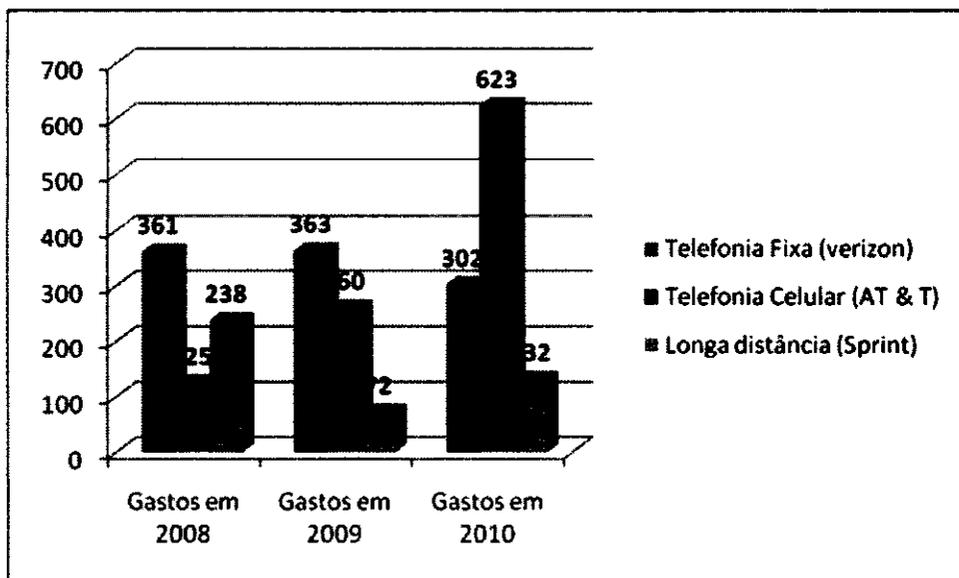
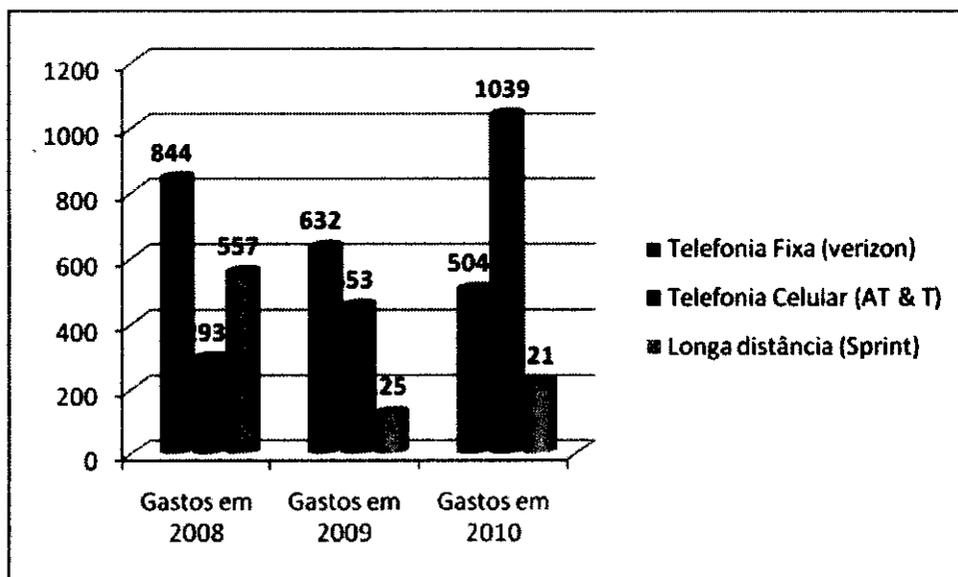


Gráfico 2 – Gastos com telecomunicações – Média mensal anual - Valores em reais(R\$).



A

Gráfico 3 – Gastos com telecomunicações no ano de 2010 – valores mensais em US\$

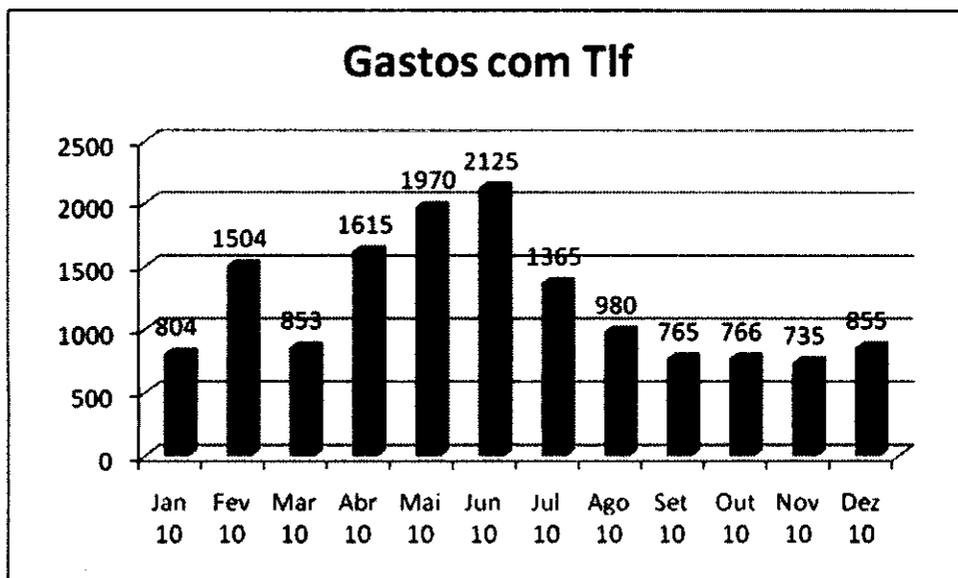
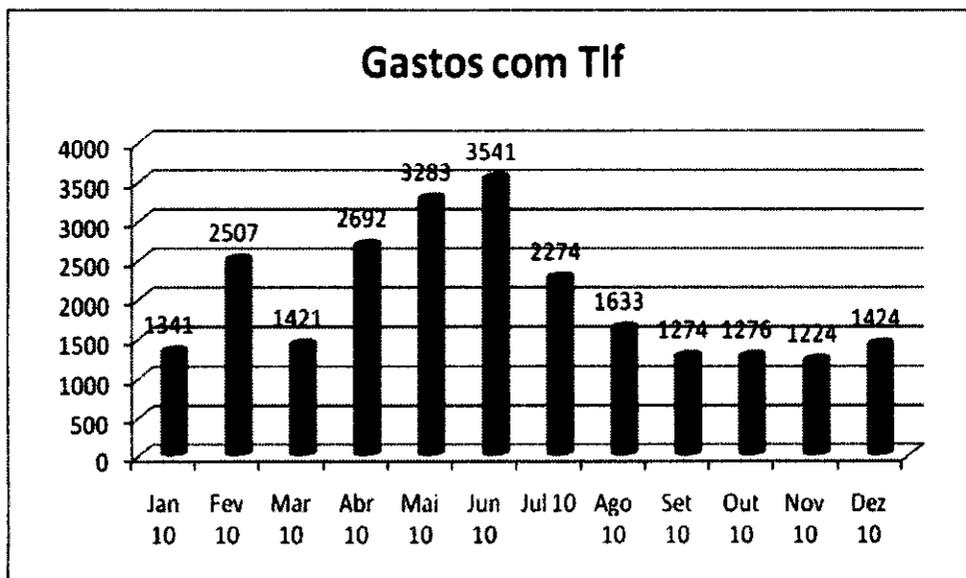


Gráfico 4 – Gastos com telecomunicações no ano de 2010 – valores mensais em R\$



g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: viagem do conselho de delegados e alunos do CID ao Brasil.

h) Principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: restrições quanto ao uso do aparelho celular.

**3.1.5.3. Gastos anuais com aquisição de combustíveis para as viaturas de apoio:**

a) Utilidade: verificar, em relação aos anos anteriores, se a RBJID conseguiu manter, ou diminuir, a média anual de gastos com a aquisição de combustível para as viaturas de apoio e, assim, se obteve, ou não, uma economia de recursos no setor.

b) Tipo: eficiência.

c) Fórmula de cálculo: razão entre o total de gastos com aquisição de combustível para as viaturas de apoio no exercício financeiro e o número de meses do ano.

Observação: no cálculo desse indicador foram considerados os gastos efetuados pela RBJID no atendimento das suas necessidades administrativas e os realizados em apoio ao Escritório do Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas.

d) Método de aferição: acompanhamento mensal dos gastos com a aquisição de combustível. Obtida uma média de gastos anuais, utiliza-se esse valor para realização de comparações com os exercícios financeiros anteriores. Cabe observar que o preço do combustível pode variar de forma significativa de um ano para o outro, influenciando, dessa forma, os resultados obtidos nesse indicador.

Os resultados obtidos serão considerados: excelentes – quando for observada a ocorrência de uma redução de gastos no setor; satisfatórios - quando for observado que os gastos no setor se mantiveram no mesmo patamar de um ano para outro; e insatisfatórios - quando for observada a ocorrência de um aumento de gastos no setor.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Seção de Administração da RBJID.

f) Resultado do indicador no exercício: resultado satisfatório. Não houve um incremento significativo de gastos no setor, apesar de ter havido aumento na frota de veículos.

Gráfico 5 – Gasto Anual com Combustível - Valores em dólares (US\$).

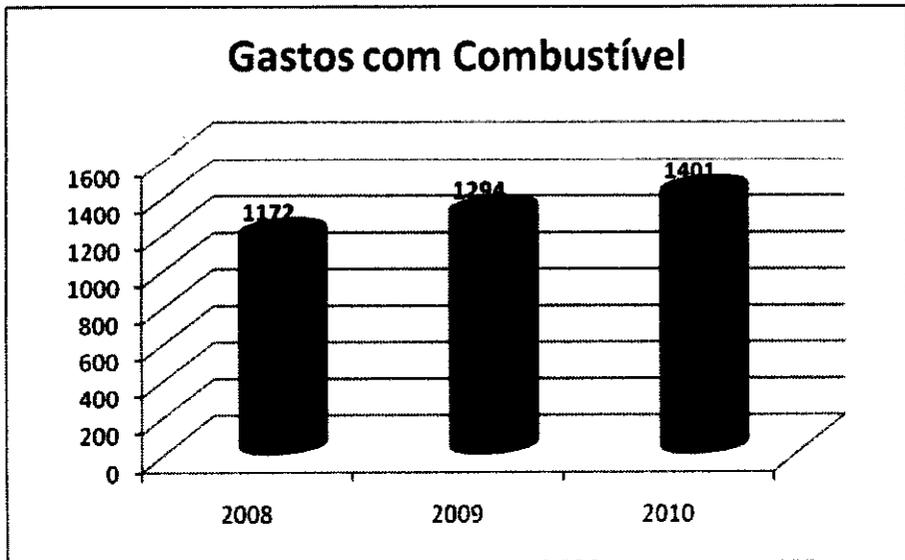
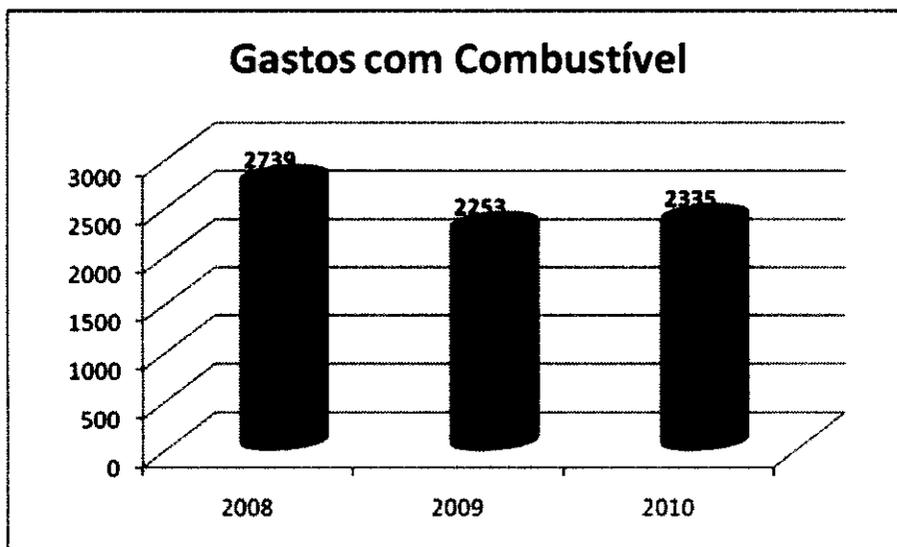


Gráfico 6 – Gasto Anual com Combustível - Valores em reais (R\$).



g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Inclusão de um novo veículo, tipo sedan, na frota de apoio à RBJID, para apoio ao Vice-Diretor do CID.

h) Principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: não houve.

#### 3.1.5.4. Índice de processos eleitorais realizados na JID com resultados favoráveis ao Brasil:

a) Utilidade: verificar o grau de influência da Representação do Brasil no resultado dos processos eleitorais realizados no âmbito do Conselho de Delegados da JID.

b) Tipo: eficácia.

c) Fórmula de cálculo: razão entre o número de processos eleitorais realizados no ano, no âmbito do Conselho de Delegados da JID, e o número de processos eleitorais com resultados favoráveis aos interesses do Brasil, vezes 100.

d) Método de aferição: acompanhamento dos resultados dos processos eleitorais realizados na JID.

Os resultados obtidos serão considerados: satisfatórios – quando o valores apurados forem iguais ou superiores a 95%; e insatisfatórios - quando o valores apurados forem inferiores a 95%.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Seção de Administração da RBJID.

f) Resultado do indicador no exercício: Todos os processos de votação foram favoráveis ao Brasil, com destaque para a eleição do novo Secretário da JID e do vice-diretor do CID. 100% - satisfatório.

g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: não houve.

h) Principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: não houve.

### 3.1.5.5. Índice de participação em comissões permanentes da JID

a) Utilidade: verificar o grau de influência da Representação do Brasil nas decisões e processos internos da JID.

b) Tipo: eficácia.

c) Fórmula de cálculo: razão entre o número de comissões em que o Brasil participa e o número total de comissões permanentes da JID.

d) Método de aferição: acompanhamento dos resultados dos processos eleitorais realizados na JID. Os resultados obtidos serão considerados: satisfatórios – quando o valores apurados forem iguais ou superiores a 95%; e insatisfatórios - quando o valores apurados forem inferiores a 95%.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Seção de Administração da RBJID.

f) Resultado do indicador no exercício:

Quantidade de Comissões Permanentes: 4 (quatro)

Quantidade de Comissões Permanentes com participação do Brasil: 4 (quatro)

Cálculo do índice: 100% - resultado satisfatório.

### 3.1.5.6. Índice de participação em missões de desminagem

a) Utilidade: verificar o grau de participação do Brasil em missões de desminagem humanitária do Programa AICMA.

b) Tipo: eficácia.

c) Fórmula de cálculo: razão entre o número de monitores brasileiros e o número total de monitores participantes do programa.

d) Método de aferição: acompanhamento dos efetivos empregados em trabalhos de campo de desminagem.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Seção de Administração da RBJID.

f) Resultado do indicador no exercício:

Quantidade de monitores empregados em trabalho de campo: 12 (doze)

Quantidade de monitores brasileiros: 10 (dez)

Cálculo do índice:  $10/12 = 83\%$

### 3.1.5.7. Índice de participação no CID

a) Utilidade: verificar o grau de participação do Brasil no CID.

b) Tipo: eficácia.

c) Fórmula de cálculo: razão entre o número de alunos brasileiros e o número total de alunos do CID.

d) Método de aferição: acompanhamento dos efetivos de alunos do CID.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Seção de Administração da RBJID.

f) Resultado do indicador no exercício:

Quantidade de alunos do CID: 56 (cinquenta e seis) alunos de 16 (dezesesseis) países.

Quantidade de alunos brasileiros: 10 (dez)

Cálculo do índice:  $10/56 = 18\%$

### 3.2. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

**Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores:** contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2010.

Valores em US\$

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2010</b>
2009	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2010</b>
2009	9.092,36	698,12	8.394,24	0,00
2008	1.325,56	480,21	845,35	0,00
<b>Observações:</b> Não há saldos a pagar de RP de anos anteriores				



Valores em R\$

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	15.149,69	1.163,22	13.986,47	0,00
2008	2.308,07	836,14	1.471,93	0,00

Observações: Não há saldos a pagar de RP de anos anteriores

### 3.2.1. Análise Crítica

Não houve impactos significativos na gestão financeira da UJ, em virtude do pequeno valor inscrito para pagamento em RP neste exercício.

## 3.3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

### 3.3.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do quadro de recursos humanos - situação apurada em 31/12/2010: compreende a lotação efetiva e autorizada do quadro de recursos humanos da UJ, bem assim os ingressos e egressos de servidores no exercício de 2010.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	35	35	10	10
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários	5	5	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos				

1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
<b>2 Provimento de cargo em comissão</b>				
<b>2.1 Cargos Natureza Especial</b>				
<b>2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior</b>				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
<b>2.3 Funções gratificadas</b>				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
<b>3 Total</b>				

**Quadro A.5.2 - composição do quadro de recursos humanos por faixa etária - situação apurada em 31/12/2010:**  
contempla a composição do quadro de recursos humanos da UJ por faixa etária.

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira		3	25	7	
1.3. Servidores com Contratos Temporários			4		1
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções gratificadas					

**Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010: contempla a composição do quadro de recursos humanos da UJ por nível de escolaridade.**

Tipologia de Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>									
1.1.Membros de poder e agentes políticos									
1.2.Servidores de Carreira					3	14	5	5	8
1.3.Servidores com Contratos Temporários				1	3	1			
1.4.Servidores Cedidos ou em Licença									
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>									
2.1.Cargos de Natureza Especial									
2.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3.Funções gratificadas									

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

**3.3.2. Quadro de Custos de Recursos Humanos**

**Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010: Discrimina as despesas despesas realizadas nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 a título de sete (7) diferentes naturezas de despesa com pessoal.**

VALORES EM US\$

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>								
2008	143.003,01			27.621,29				170.615,30
2009	181.402,10			19.698,48				201.100,58
2010	167.328,58			18.144,23				185.472,81

**VALORES EM R\$**

Tipologias / Exercícios	Vencimen-tos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>								
2008	334.177,01			64.550,95				398.727,96
2009	315.857,34			34.298,99				350.156,33
2010	278.802,88			30.231,92				309.034,80

**Observações:**

1) Os salários dos Servidores Militares e Civis lotados na RBJID/JID/CID não oneram o orçamento da Representação, pois, são pagos pelos respectivos Comandos de Força (caso dos militares) e pelo Ministério da Defesa, no caso dos civis. Apenas os auxiliares locais são pagos com recursos da RBJID.

2) A Portaria 1642/MD, de 17 de dezembro de 2009, atualizou as categorias e funções dos Auxiliares Locais da RBJID, adequando-as às atualmente existentes na Representação.

**3.3.3. Análise Crítica da Composição e Custos de Recursos Humanos**

Os recursos humanos disponíveis na RBJID para o desempenho de suas atribuições funcionais são adequados para o cumprimento da missão da representação. O quadro de funcionários terceirizados destina-se, basicamente, ao desempenho de funções burocráticas e de apoio administrativo que requerem domínio do idioma inglês e conhecimento dos órgãos e procedimentos relacionados a tramitação de documentação relativa à acreditação, processamento de passaportes e documentação de veículos adquiridos pelos integrantes da Representação, junto a Missão do Brasil junto a Organização dos Estados Americanos, bem como junto ao Departamento de Estado e outros órgãos administrativos dos EUA.

Não há necessidade de renovação do quadro de auxiliares locais no médio prazo, tendo em vista o desempenho satisfatório dos mesmos, fruto da experiência já adquirida. O quadro próprio é renovado a cada dois anos, período de nomeação dos militares para as missões que lhes competem na RBJID, na JID e no CID. Ambos os quadros mostram-se adequados, no momento, para o funcionamento pleno da RBJID e o apoio aos representantes brasileiros na JID e no CID.

Os custos com recursos humanos, embora se traduzam nas principais despesas em relação ao montante total dos recursos dispendidos pela UJ no exercício, estão compatíveis com as suas necessidades e são imprescindíveis para o cumprimento de suas missões.

### 3.4. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

**Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ:** Demonstra a estrutura de controles internos da Unidade Jurisdicionada, contendo informações sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos da UJ: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

Ambiente de Controle					
	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Aspectos do sistema de controle interno					
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

### 3.5. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

**QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS:** Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Critérios de Sustentabilidade Ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul>	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul>	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul>	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul>	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> </ul>	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X

Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.  • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.  • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
<i>Considerações Gerais:</i> - Por ser uma UJ situada nos Estados Unidos, onde a conscientização e a existência de produtos fabricados dentro de padrões elevados de sustentabilidade ambiental estão presentes em todos os setores de produção e comercialização, e onde a população já é naturalmente condicionada a um comportamento de respeito ambiental, pode-se considerar que a UJ não tem maiores necessidades de observação de critérios de gestão ambiental - O questionário foi respondido pelo Ordenador de Despesas e pelo Assistente Administrativo em reunião de consenso.					
<b>LEGENDA</b> <b>Níveis de Avaliação:</b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

### 3.6. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UJ

3.6.1. **Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união**  
Não é o caso da UJ.



### 3.6.2. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

**QUADRO A.11.2 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros:** identificação do quantitativo de imóveis locados de terceiros pela UJ no final dos exercícios de 2009 e 2010, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE TERCEIROS	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	0	0	0
Subtotal Brasil		0	0
EXTERIOR	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	1	1
	Washington-DC	1	1
Subtotal Exterior		1	1
Total (Brasil + Exterior)		1	1

### 3.7. INFORMAÇÕES SOBRE A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**Quadro A.12.1 Gestão de TI da UJ:** Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; e contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			X		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	01				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				

7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Não é o caso da UJ				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
<p><b>Considerações Gerais:</b></p> <p>- Por possuir apenas um servidor na área de TI de nível técnico (lotado na JID e não na RBJID, embora, eventualmente, preste apoio técnico à rede de informática da UJ), não utilizar sistemas corporativos próprios, limitando-se ao uso de softwares de sistema operacional, suite de escritório e do SIAFI, a gestão de TI na UJ não pode ser exercida plenamente.</p> <p>- O questionário foi respondido pelo Ordenador de Despesas e pelo Assistente Administrativo em reunião de consenso.</p>					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

A

### 3.8. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI).

#### 3.8.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não houve deliberações do TCU expedidas para a UJ ou pendentes de atendimento ao final do exercício.

#### 3.8.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

#### 3.8.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício

**Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI:** contém as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados para atender às recomendações expedidas pelo OCI.

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	055/2010/GEAFO/CISSET-MD, de 19/07/10	4	Of 8454/2010/GEAFO/CISSET-MD, de 19/07/10
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa			41066
Descrição da Recomendação:			
Corrigir saldo alongado em conta contábil de caráter transitório (valores em trânsito)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Assessor Administrativo da RBJID			-
Síntese da providência adotada:			
Confecção da 2010NL000227			
Síntese dos resultados obtidos			
A referida NL corrigiu a impropriedade apresentada.			



**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**  
Não é o caso

**3.8.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício**  
Não houve.

**4. RESULTADOS E CONCLUSÕES**

Como resultado da atuação da UJ no exercício de 2010, verificou-se que o Brasil manteve sua influência no seio da comunidade interamericana, expandiu sua presença nos quadros da JID, cooperou com os demais países da JID no atingimento dos diversos objetivos fixados pelas resoluções do Conselho de Delegados e no desempenho das diversas comissões internas das quais participou, com destaques para a atuação do Brasil na Comissão de Orçamento e na Comissão do Exercício, da qual detém a presidência.

Ainda pode ser verificado que a RBJID atuou eficazmente como ligação entre a JID e o MD, bem como efetuou o pagamento das faturas do CECAFA junto à OTAN e outros órgãos internacionais, apoiou administrativamente os brasileiros designados para exercer funções na JID no corrente ano e executou o pagamento das despesas administrativas do Escritório do Conselheiro Militar da MPBONU em Nova York.

No exercício de 2011, a UJ objetiva:

- a) continuar a aumentar a influência do Brasil no Sistema Interamericano, através da manutenção dos cargos que atualmente detém e da ocupação de novas posições, sempre que houver oportunidade para o País;
- b) realizar, juntamente com os demais integrantes da Junta Interamericana de Defesa (JID) um exercício de simulação de operações de assistência humanitária em casos de desastres naturais, visando adestrar os quadros e a estrutura da JID para atuarem neste tipo de ocorrência.

Washington, DC, 18 de abril de 2011.

  
General de Brigada **RACINE BEZERRA LIMA FILHO**  
Chefe da Representação



Denominação completa (UJ)		Código da UG	
REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA - RBJID		110406	
<p>Noemia Silva Monteiro, contadora responsável pela contabilidade da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa – RBJID, UG 110406, nomeada pela Portaria nº 769, do Ministério da Defesa, de 06 de agosto de 2003, publicada no Diário Oficial da União em 08 de agosto de 2003, declara que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília-DF	<b>Data</b>	28/02/2011
<b>Contador Responsável</b>		<b>CRC nº</b>	009784/0-9 - DF



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO  
GERÊNCIA DE AUDITORIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL  
Relatório de Auditoria de Gestão - Exercício de 2010  
Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID)**

**JULHO/2011**

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'C' followed by a flourish.

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
1.1.	<i>DA UNIDADE JURISDICIONADA</i>	2
<b>2.</b>	<b>EXAMES ESPECÍFICOS</b>	<b>2</b>
2.1.	<i>AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS ALCANÇADOS PELA UNIDADE.</i>	2
2.1.1	<b>Programa de Governo Sob Responsabilidade da Representação</b>	2
2.1.2	<b>Avaliação da Auditoria</b>	3
2.2	<i>AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO</i>	3
2.2.1.	Avaliação de Auditoria	4
2.3	<i>AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO</i>	4
2.4	<i>REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS</i>	5
2.5	<i>DA AVALIAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS</i>	5
2.6	<i>DA AVALIAÇÃO DA POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DA UNIDADE</i>	6
2.7	<i>CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS PELOS DIRIGENTES E SERVIDORES</i>	6
2.8	<i>DA AVALIAÇÃO DA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</i>	6
<b>3.</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>6</b>



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO  
GERÊNCIA DE AUDITORIA

**RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO nº 076/Geaud/Ciset-MD**

TIPO DE AUDITORIA : Avaliação de Gestão  
EXERCÍCIO : 2010  
PROCESSO Nº : 60000.010198/2011-22  
UNIDADE AUDITADA : Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID)  
CÓDIGO-UG : 110406  
CIDADE SEDE : Washington – DC – U.S.A.

Senhor Gerente de Auditoria,

Em cumprimento à Ordem de Serviço nº 007/2011/GEAUD/CISET-MD, de 31/3/2011, e consoante o estabelecido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU), apresentamos o Relatório de Auditoria que trata dos exames realizados sobre atos, e conseqüentes fatos de gestão, praticados no período de 1º/1 a 31/12/2010, sob a responsabilidade dos dirigentes da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa, incluídos no Rol de Responsáveis constante à fl. 04 do processo de contas.

## 1. INTRODUÇÃO

Os trabalhos foram realizados na sede do Ministério da Defesa em Brasília - DF, no período de 4/4 a 20/5/2011, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao serviço público federal, com o objetivo de emitir opinião sobre a gestão dos responsáveis tratados neste processo. Nenhuma restrição foi imposta aos nossos exames, procedidos, por amostragem, nos documentos e nos registros que suportam os valores e as informações contábeis.

As justificativas inseridas neste Relatório foram obtidas dos gestores responsáveis pelas áreas auditadas no decorrer dos trabalhos, mediante solicitações de auditoria. Essas justificativas foram analisadas e serviram para a formação da opinião da equipe de auditoria.

Demais disso, em cumprimento do disposto no item 5.1.5 - item "iii" da Norma de Execução CGU nº 3, de 27/12/2010, ao dirigente máximo da Unidade foi facultado apresentar, em até cinco dias úteis, novas manifestações que julgasse necessárias para esclarecer registros presentes no relatório.

A auditoria envolveu os assuntos exigidos no Anexo III, da DN TCU nº 110, de 1º.12.2010, mas, considerando as especificidades da unidade, deixaram de ser abordados neste relatório em razão de sua inaplicabilidade os seguintes itens da mencionada Decisão: 4 (avaliação referente à transferência mediante convênio); 7 (avaliação do cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo TCU e pela Ciset-MD); 8 (avaliação referente à existência de passivos sem previsão orçamentária de créditos ou recursos); 9 (avaliação quanto a conformidade de inscrição em restos a pagar); 14 (chamamento público para celebrar convênios com entidades privadas); 15 (atualização de informações referentes a contratos e convênios no SIASG e no

SICONV); 18 (avaliação objetiva sobre a gestão do patrimônio imobiliário classificado como “Bens Especial) e 19 (avaliação sobre a gestão da tecnologia da informação).

## **1.1. DA UNIDADE JURISDICIONADA**

A RBJID integrava, no exercício de 2010, a estrutura da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa (SPEAI/MD), conforme art. 30, § 4º, do Anexo I ao Decreto nº 6.223, de 4/10 2007. Com o advento do Decreto nº 7.364, artigo 37, § 3º, de 23/11/2010, o Ministério da Defesa sofreu nova alteração na sua estrutura regimental e a RBJID passou a fazer parte da estrutura organizacional do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), para exercer as competências estabelecidas no Decreto nº 5.013, de 11/3/2004.

O Decreto nº 5.013/2004 aprovou o Regulamento da Representação. No Artigo 2º do referido Regulamento estão elencadas as competências da unidade, *in verbis*:

- “I - exercer a coordenação da Delegação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa - JID;
- II - executar as atividades de apoio aos militares e civis brasileiros que integram a Delegação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa – DBJID, cumprindo as decisões emanadas do Ministério da Defesa;
- III - executar as atividades de apoio aos militares e civis brasileiros que venham a exercer cargos ou funções nos órgãos da JID:
  - a) no sistema de rotação adotado pela JID para o exercício eventual da Vice-Presidência; e
  - b) de acordo com os critérios estabelecidos para provimento de representantes no Conselho de Delegados, no Estado-Maior, no Colégio Interamericano de Defesa - CID e na Secretaria; e
- IV - efetuar a coordenação das atividades de estudo e assessoramento em matéria de Defesa, julgadas de interesse pelo Ministério da Defesa e pela Representação Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos - OEA.”

Por fim, a Portaria nº 1.261/MD, de 20/10/2004, nos termos do Decreto nº 5.013/2004, aprovou o Regimento Interno da Representação.

Com fulcro na Lei nº 12.214, de 26/1/2010, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2010, a Representação (Unidade Gestora 110406) administrou recursos no montante de R\$ 1.029.432,90 (US\$ 617,832.73) referente a créditos orçamentários recebidos por provisão, tendo empenhado a totalidade dos créditos recebidos.

## **2. EXAMES ESPECÍFICOS**

### **2.1. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS ALCANÇADOS PELA UNIDADE.**

A avaliação sobre o cumprimento das metas dos programas e ações de responsabilidade da RBJID foi efetuada com base nas informações constantes do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2010 (fls. 15 a 18 deste processo) e levou em consideração o Relatório de Acompanhamento nº 021/2011/GEAFO/CISSET-MD, de 16/3/2011, elaborado pela Gerência de Acompanhamento Financeiro e Orçamentário desta Secretária.

#### **2.1.1 Programa de Governo Sob Responsabilidade da Representação**

No exercício de 2010, a Unidade Jurisdicionada não efetuou registros no Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento – Sigplan. Entretanto constam do relatório de gestão as informações sobre o cumprimento das metas físicas, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Função	Subfunção	Programa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		
					Prevista	Realizada	P/2011
05	122	0625	2D55	Missão apoiada	2	2	2
	126	0625	6515	Sistema de informação implantado	1	1	1
	122	0750	2000	Administração da Unidade	2	2	2

Fonte: Relatório do Gestor, fl. 14.

Para a execução das ações governamentais sob sua responsabilidade a UJ realizou despesas no valor de R\$ 1.029.432,89 corresponde a US\$ 617,832.73 demonstrado no quadro a seguir por Programa de Trabalho e Natureza de Despesa.

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Liquidada pelo Gestor	Inscrição em RP Não Processado	Total da Despesa (em R\$)	Liquidada pelo Gestor	Inscrição em RP Não Processado	Total da Despesa (em US\$)	Percentual sobre a Execução da Despesa
05.122.0750.2000.0001 - Defesa Nacional - Administração Geral - Apoio Administrativo - Administração da Unidade - Nacional	339004 - Contratação por Tempo Determinado- Pes. Civil	28.379,20	-	28.379,20	17.032,29	-	17.032,29	2,76%
	339030 - Material de Consumo	2.444,36	1.049,70	3.494,06	1.467,02	0,00	2.097,02	0,34%
	339039 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	33.594,02	5.012,99	38.607,01	20.162,05	3.008,64	23.170,69	3,75%
<b>Subtotal 1:</b>		<b>64.417,58</b>	<b>6.062,69</b>	<b>70.480,27</b>	<b>38.661,36</b>	<b>3.638,64</b>	<b>42.300,00</b>	<b>6,85%</b>
05.126.0625.6515.0001 - Defesa Nacional - Tecnologia da Informação - Gestão da Política de Defesa Nacional - Sistema de Informações Logísticas de Defesa - Nacional	339030 - Material de Consumo	2.395,18	-	2.395,18	1.437,51	-	1.437,51	0,23%
	339039 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	142.970,64	-	142.970,64	85.806,41	-	85.806,41	13,89%
<b>Subtotal 2:</b>		<b>145.365,82</b>	<b>-</b>	<b>145.365,82</b>	<b>87.243,92</b>	<b>-</b>	<b>87.243,92</b>	<b>14,12%</b>
05.212.0625.2D55.0001 - Defesa Nacional - Cooperação Internacional - Gestão da Política de Defesa Nacional - Intercâmbio e Cooperação Internacional - Nacional	339004 - Contratação por Tempo Determinado - Pessoal Civil	309.034,80	-	309.034,80	185.472,81	-	185.472,81	30,02%
	339015 - Diárias - Pessoal Militar	1.299,64	-	1.299,64	780,00	-	780,00	0,13%
	339030 - Material de Consumo	47.600,30	915,53	48.515,83	28.568,18	549,47	29.117,65	4,71%
	339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	79.322,68	-	79.322,68	47.606,94	-	47.606,94	7,71%
	339036 - Outros Serviços de Terceiros - PF	9.723,95	-	9.723,95	5.836,00	-	5.836,00	0,94%
	339038 - Arrendamento Mercantil	20.661,51	-	20.661,51	12.400,38	-	12.400,38	2,01%
	339039 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	321.490,10	338,42	321.828,52	192.948,09	203,11	193.151,20	31,26%
449052 - Equipamentos e Material Permanente	22.595,61	604,26	23.199,87	13.561,17	362,66	13.923,83	2,25%	
<b>Subtotal 3:</b>		<b>811.728,59</b>	<b>1.858,21</b>	<b>813.586,80</b>	<b>487.173,57</b>	<b>1.115,24</b>	<b>488.288,81</b>	<b>79,03%</b>
<b>Total:</b>		<b>1.021.511,99</b>	<b>7.920,90</b>	<b>1.029.432,89</b>	<b>613.078,85</b>	<b>4.753,88</b>	<b>617.832,73</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Relatório de Acompanhamento nº 21/2011/Geafó/Ciset - MD, de 16/3/2011.

## 2.1.2 Avaliação da Auditoria

No que se refere à eficácia da execução física das ações, verifica-se que a Unidade atingiu 100% das metas previstas. Da mesma forma a UJ empenhou a totalidade das provisões recebidas, demonstrando a gestão eficiente do gasto público.

## 2.2 AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO

O gestor esclarece, à fl. 24 do processo de prestação de contas, que não foi possível estabelecer, em 2010, indicador de efetividade que possibilitasse à RBJID quantificar o impacto da sua atuação no alcance de seus objetivos estratégicos.

O gestor destaca que os indicadores têm reduzida utilidade para a RBJID como ferramenta de apoio à tomada de decisão, mas considera importante a utilização desses para observação de tendências ao longo prazo.

Neste contexto, o gestor utiliza os indicadores de eficácia e de eficiência listados na tabela abaixo. Para apurar o grau de sua eficiência e de sua eficácia a RBJID utilizou fórmulas de cálculos e considerou como satisfatórios os resultados obtidos iguais ou superiores a 95% e insatisfatórios quando os valores apurados forem inferiores a esse mesmo percentual.

Título do Indicador	Tipo	Resultado(%)	Avaliação
Aplicação de créditos orçamentários e recursos financeiros	Eficácia	100	Satisfatório
Processos eleitorais realizados na JID	Eficácia	95	Satisfatório
Participação em comissões da JID	Eficácia	95	Satisfatório
Participação em missões de desminagem	Eficácia	83	Insatisfatório
Participação da CID	Eficácia	18%	Insatisfatório
Gastos com telecomunicações	Eficiência	51% (*)	Razoável
Gastos com combustíveis	Eficiência	4%	Satisfatório

(\*) reflete a média das variações das despesas com telefonia fixa, móvel e DDD entre os exercícios de 2009 e 2010.

### 2.2.1. Avaliação de Auditoria

De início observa-se que os resultados referentes aos indicadores de eficiência denominados Gastos com Telecomunicação e Gastos com Combustíveis foram obtidos por meio de cálculos efetuados pela equipe da auditoria, tendo como parâmetro as informações constantes no relatório do gestor. Neste contexto, destaca-se o aumento médio, em 2010, de 50% das despesas com telefonia em relação ao exercício de 2009.

O Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 110, de 1º/12/2010, exige que o Controle Interno avalie os indicadores apresentados pela Unidade Jurisdicionada, pelo menos quanto à mensurabilidade e à utilidade. Assim, esta equipe de auditoria, após análise das fórmulas de cálculo inerentes a cada indicador, considerou, levando em consideração as peculiaridades da Unidade Jurisdicionada, que os indicadores preenchem os critérios de mensurabilidade e utilidade.

### 2.3 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A avaliação sobre o funcionamento do Sistema de Controle Interno da RBJID teve como parâmetro o questionário preenchido pela Unidade (fls. 36 a 41) deste processo e os documentos que compõem as Prestações de Contas da Unidade encaminhados mensalmente a esta Secretária para análise.

Considerando as limitações decorrentes da ausência da inspeção física na Unidade Jurisdicionada – que possibilitaria o conhecimento efetivo sobre o funcionamento do seu sistema de controle interno – esta equipe de auditoria corrobora a auto-avaliação realizada pela Unidade.

Verificamos, ainda, a necessidade de aperfeiçoamento dos controles internos referente aos gastos com alimentação, pois apesar da prática atualmente adotada pela Unidade buscar o alcance da eficiência na utilização dos recursos públicos, essas não estão formalizadas. Nesse contexto é recomendável que a unidade edite regra específica para realização desses gastos, com vistas a garantir a perenidade da atual prática.

## 2.4 REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

Durante o exercício de 2010, a RBJID realizou gastos com aquisições de bens e serviços no valor de R\$ 1.029.432,84 (US\$ 613.078,85), distribuídos conforme quadro a seguir:

Modalidade de Licitação	Liquidada pelo Gestor (valores em R\$)	Inscrição em RP Não Processado	Total	Liquidada pelo Gestor (valores em US\$)	Inscrição em RP Não Processado	Total
Convite	156.338,86	-	156.338,86	93.829,59	-	93.829,59
<b>Total com Licitação</b>	<b>156.338,86</b>	<b>-</b>	<b>156.338,86</b>	<b>93.829,59</b>	<b>-</b>	<b>93.829,59</b>
Dispensa de licitação	37.378,61	1.051,40	38.430,01	22.433,45	631,02	23.064,47
Não se aplica	827.794,47	6.869,50	834.663,97	496.815,81	4.122,86	500.938,67
<b>Total sem Licitação</b>	<b>865.173,08</b>	<b>7.920,90</b>	<b>873.093,98</b>	<b>519.249,26</b>	<b>4.753,88</b>	<b>524.003,14</b>
<b>Total:</b>	<b>1.021.511,94</b>	<b>7.920,90</b>	<b>1.029.432,84</b>	<b>613.078,85</b>	<b>4.753,88</b>	<b>617.832,73</b>

Da análise realizada nos documentos pertinentes à contratação de serviços e aquisições diversas, verifica-se que, de forma geral, a RBJID tem observado as normas que disciplinam a matéria em especial a Lei nº 8.666/93 e a Portaria nº 91.941/D3, de 14/6/1993 do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), que fixa os valores limites em moeda estrangeira como exigência das várias modalidades de licitação.

Destaque-se, na oportunidade, que a análise realizada por esta Ciset recai apenas sobre os documentos encaminhados pela RBJID (Nota de Empenho, Notas Fiscais, Faturas de Cartão de Crédito e Documentos Bancários). Entretanto, faz-se necessário o encaminhamento tempestivo de cópia dos processos licitatórios que embasaram a realização das despesas, independentemente da modalidade de licitação utilizada.

## 2.5 DA AVALIAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

De acordo com o gestor, a Representação manteve em seu corpo funcional, no exercício sob exame, 35 militares vinculados ao órgão e 5 servidores civis com contratos temporários. Cumpre ressaltar que as despesas de pessoal provenientes dos militares não oneram diretamente o orçamento da Unidade, visto que são pagos pelos respectivos Comandos (Exército, Marinha e Força Aérea) e os servidores civis são pagos pelo próprio Ministério da Defesa.

Os cinco servidores civis (um auxiliar de apoio e quatro auxiliares administrativos), são contratos em conformidade com o previsto no Decreto nº 2.597, de 18/5/1998. No âmbito da Representação, a autorização para a contratação do pessoal por tempo determinado é prevista na Portaria nº 1.642/MD, de 17/12/2009.

Nesse contexto, verifica-se a regularidade na gestão de recursos humanos da Unidade Jurisdicionada.

## 2.6 DA AVALIAÇÃO DA POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DA UNIDADE

No processo de Prestação de Contas da Unidade consta Declaração Plena da Contadora responsável pela RBJID a qual coincide com o resultado do acompanhamento realizado ao longo do exercício por esta Ciset/MD, consubstanciada no Relatório de Acompanhamento nº 21/2011/Geafo/Ciset-MD, de 16/3/2011, em que está registrado: “*Dos dados apurados no levantamento, por amostragem, no SIAFI, da execução orçamentária e financeira da Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa- RBJID, até 31 de dezembro de 2010, não foram constatadas impropriedades.*”

## 2.7 CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS PELOS DIRIGENTES E SERVIDORES

Em atendimento ao que determina a Lei nº 8.730, de 10/11/1993, o disposto na Instrução Normativa TCU nº 5, de 10/3/1994, e o Decreto nº 5.483, de 30/6/2005, o Chefe da Representação declarou (fl. 05 do processo de prestação de contas) que os responsáveis pela UJ estão em dia com a exigência de apresentação da Declaração de Bens e Rendas.

## 2.8 DA AVALIAÇÃO DA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, bem como sobre informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados, em observância, respectivamente, à Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e ao Decreto nº 5.940/2006, observa-se, a partir das informações prestadas pela Unidade no Relatório do Gestão, que o próprio Gestor avaliou como insuficientes a aderência da Unidade em relação às normas estabelecidas.

## 3. CONCLUSÃO

Em face dos exames realizados e considerando que não foram evidenciados fatos que comprometessem as ações relativas à utilização dos recursos públicos alocados à unidade examinada, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas dos dirigentes máximos da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa – RBJID, nos respectivos períodos de gestão.

Brasília-DF, 21 de julho de 2011.

  
**LÍCIO JOAQUIM DA SILVA RÊGO**  
Analista de Finanças e Controle

  
**MARIA LUZINETE B. S. FERNANDES**  
Analista de Finanças e Controle



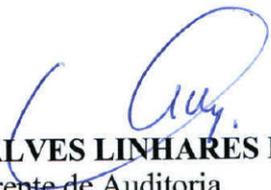
**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO  
GERÊNCIA DE AUDITORIA**

**CERTIFICADO DE AUDITORIA**

TIPO DE AUDITORIA : AVALIAÇÃO DE GESTÃO  
EXERCÍCIO : 2010  
PROCESSO Nº : 60000.010198/2011-22  
UNIDADE AUDITADA : Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID)  
CÓDIGO-UG : 110406  
CIDADE SEDE : Washington – DC – U.S.A

1. Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art. 10, incisos I e II, da Instrução Normativa – TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 (dirigentes máximos e substitutos), praticados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010.
2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas pelas unidades técnicas da Secretaria de Controle Interno, ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade examinada.
3. Assim, em face dos exames levados a efeito sobre o escopo selecionado e consubstanciado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 076/2011/Geaud/Ciset-MD, desta data, certificamos a **REGULARIDADE** das contas dos dirigentes máximos da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa, nos respectivos períodos de gestão.

Brasília-DF, 21 de julho de 2011.

  
**DAMÁSIO ALVES LINHARES NETO**  
Gerente de Auditoria



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

**PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO**

TIPO DE AUDITORIA : AVALIAÇÃO DE GESTÃO  
EXERCÍCIO : 2010  
PROCESSO Nº : 60000.010198/2011-22  
UNIDADE AUDITADA : Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID)  
CÓDIGO-UG : 110406  
CIDADE SEDE : Washington – DC – U.S.A.

1. Em cumprimento ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, no art. 151 do Decreto nº 93.872/1986, e no art. 13, inciso VI, da IN/TCU/Nº 63/2010, e à vista dos elementos que integram o presente processo de contas anuais, exercício de 2010, da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (UG 110406), e com base nos resultados do acompanhamento e análise realizados pela área técnica desta Secretaria, e considerando, em especial, a conclusão da auditoria de avaliação, consubstanciada nos correspondentes Relatório e Certificado de Auditoria, cuja opinião, que acolho, foi pela **REGULARIDADE** da gestão dos dirigentes máximos da unidade, nos respectivos períodos de gestão, concluo que o processo se encontra em condições de, após receber o pronunciamento ministerial, ser submetido ao Tribunal de Contas da União, para julgamento.

2. Dessa forma, e para o fim previsto no art. 52 da Lei nº 8.443/92 (emissão do pronunciamento ministerial), submeto o processo à apreciação do Senhor Ministro de Estado da Defesa.

Brasília - DF, 21 de julho de 2011.

  
**SEBASTIÃO EURÍPEDES RODRIGUES**  
Secretário de Controle Interno



MINISTÉRIO DA DEFESA

Gabinete do Ministro

**PRONUNCIAMENTO MINISTERIAL**

TIPO DE AUDITORIA : AVALIAÇÃO DE GESTÃO  
EXERCÍCIO : 2010  
PROCESSO Nº : 60000.010198/2011-22  
UNIDADE AUDITADA : Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJD)  
CÓDIGO-UG : 110406  
CIDADE SEDE : Washington – DC – U.S.A.

1. Em conformidade com o disposto no artigo 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, atesto haver tomado conhecimento do processo de contas anuais, exercício de 2010, da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa, bem como das conclusões contidas nos pareceres emitidos pela Secretaria de Controle Interno deste Ministério, cuja opinião foi pela **REGULARIDADE** da gestão dos dirigentes máximos da unidade, nos respectivos períodos de gestão.

2. Encaminhe-se o referido processo ao Tribunal de Contas da União, para o julgamento previsto no artigo 71, inciso II, da Constituição Federal.

Brasília - DF, 17 de agosto de 2011.

**CELSO AMORIM**  
Ministro de Estado da Defesa

<b>VISTO</b>
Ciset-MD